

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.519 - RJ (2019/0223731-5)

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**AGRAVANTE** : ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : LEONOR NUNES DE PAIVA E OUTRO(S) - RJ024058  
**AGRAVADO** : ERNANDE QUINTANILHA  
**REPR. POR** : VANESSA DA SILVA QUINTANILHA  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**INTERES.** : MUNICIPIO DE GUAPIMIRIM  
**ADVOGADO** : SIDLEY FERNANDES PEREIRA E OUTRO(S) - RJ041397

### DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Estado do Rio de Janeiro** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 269):

*Apelações cíveis. Réus condenados a procederem aos expedientes necessários à internação do autor, portador de erisipela bolhosa e celulite de membro inferior direito, em CTI de hospital da rede municipal ou estadual de saúde ou, em caso de descumprimento, em hospital privado. Solidariedade entre os entes federativos. Inteligência da súmula 65 do TJRJ. Violação ao princípio da separação dos poderes não configurada. Poder Judiciário que exerce seu papel jurisdicional em face de demanda que lhe é submetida. Internação do autor em hospital particular, às expensas dos réus. Previsão legal no caput do art. 24 da Lei nº 8.080/90. Exigência de prévio contrato ou convênio dos entes federativos com nosocômio particular que se afasta em casos de urgência. Analogia à dispensa de licitação prévia, prevista no art. 24 da Lei nº 8.666/93. Precedentes jurisprudenciais. Honorários de sucumbência devidos. Inteligência das súmulas 221 e 182 do TJRJ. Recurso a que se nega provimento.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1022 do CPC/2015.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 1022 do CPC/2015; 2º, § 1º, 20, 21, 22, 23, 24, parágrafo único, 25, 36, § 2º, e 52 da Lei n. 8.080/90. Sustenta que: (I) o Tribunal de origem não se manifestou sobre questões

# Superior Tribunal de Justiça

relevantes para o deslinde da controvérsia; e (II) "*havendo possibilidade de tratamento na rede pública de saúde, não se pode admitir o seu custeio, pelo poder público, em hospitais particulares.*" (fl. 365).

## É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Sem razão a parte recorrente ao alegar que a instância de origem, ao realizar o juízo de admissibilidade do recurso especial, usurpou a competência do Superior Tribunal de Justiça. Isso porque, nos termos da Súmula 123/STJ ("*A decisão que admite, ou não, o recurso especial deve ser fundamentada, com o exame dos seus pressupostos gerais e constitucionais.*"), é atribuição do Tribunal **a quo**, naquele momento processual, analisar os pressupostos específicos e constitucionais concernentes ao mérito da controvérsia. Confirmam-se, nesse mesmo sentido, os seguintes precedentes: **RCDESP no AREsp 211.716/SP**, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma DJe 25/9/2012; **AgRg no Ag 1.424.298/MG**, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 27/10/2011; **AgRg no Ag 1.147.395/SP**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 12/11/2010; e **AgRg no Ag 1.134.224/SP**, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 2/2/2010.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

De outro turno, a Corte local dirimiu a controvérsia com base nos seguintes fundamentos (fls. 274/276):

*Por outro lado não houve desrespeito à reserva do possível, na medida em que a determinação primeira da sentença foi no sentido de ser internado o autor em hospital público, municipal ou estadual, obrigação ínsita aos entes federativos réus, e somente em caso de não existência de vagas, supletivamente portanto, a internação em hospital privado.*

*Nessa senda ainda, aponte-se que cabe ao Judiciário, diante de omissões da administração pública no efetivo desempenho de garantia de direitos fundamentais, nos casos concretos que lhe são submetidos, exercer seu papel de prestar a jurisdição requerida, pena de deixar de cumprir seu*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*múnus.*

*Quando, portanto, o cidadão não consegue obter o que os próprios Estado e Município lhe garantem, cabe ao Judiciário obrigá-los ao cumprimento de seus deveres básicos.*  
(...)

*Por conseguinte, e somente em face do descumprimento da decisão judicial de fls. 19/20 e do agravamento do quadro clínico do autor, o juízo do plantão judicial determinou, na decisão de fl. 42 proferida no dia 03/05/2015, a transferência imediata do apelado, no prazo de duas horas, para CTI de unidade de saúde da rede pública estadual ou municipal, sob pena de internação em hospital particular às custas dos réus até alta médica.*

*Conforme documentos de fls. 63/64, o autor foi transferido para hospital particular, em 04/05/2015, com a infraestrutura necessária ao tratamento de sua saúde, por falta de outra opção.*

*Muito embora o parágrafo único do art. 24 1 da Lei nº 8.080/90, refira-se ao estabelecimento prévio de convênios entre o ente federativo e a iniciativa privada, tal previsão legal não pode se sobrepor à exigência constitucional de garantia imediata de proteção à vida do cidadão doente, e não tem o condão de eximir os réus de seu dever de prestar o serviço de saúde à população. Em casos urgentes, como o analisado, excepciona-se portanto, a exigência de prévio contrato ou convênio.*

*No caso em tela, trata-se de efetividade de prestação do serviço de saúde a partir do cumprimento de medida judicial (fl. 42), aplicando-se portanto apenas o caput do mesmo art. 24.*

Verifica-se que a determinação de internação do autor em hospital particular, às custas dos réus, decorreu da análise de premissas fáticas. Assim, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, a fim de aferir a inadequação da medida, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

**ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO E DE TRATAMENTO MÉDICO. MANIFESTA NECESSIDADE. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TODOS OS ENTES DO PODER PÚBLICO. TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR EM REDE PARTICULAR. PEDIDO**

*SUBSIDIÁRIO NA FALTA DE LEITO NA REDE PÚBLICA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO DEMONSTRADA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO AUTÔNOMO. SÚMULA 283/STF.*

*1. Hipótese em que o Tribunal local consignou: "quanto a internação em hospital da rede privada, verifica-se diante do cumprimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela que foi disponibilizada vaga na rede pública de saúde, sendo certo que a pretensão autoral foi atendida" e "que a determinação para internação em rede particular de saúde, caso inexistente vagas na rede pública encontra amparo na jurisprudência desta Corte" (fls. 156-157, e-STJ).*

*2. Não se conhece de Recurso Especial em relação à ofensa ao art.*

*535 do CPC quando a parte não aponta, de forma clara, o vício em que teria incorrido o acórdão impugnado. Aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF.*

*3. Não se pode conhecer da irresignação contra a ofensa aos mencionados dispositivos legais, uma vez que não foram analisados pela instância de origem. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF.*

*4. Não podem os direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador, sendo de suma importância que o Judiciário atue como órgão controlador da atividade administrativa. Seria distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente relevantes.*

*5. O STJ possui jurisprudência firme e consolidada de que a responsabilidade em matéria de saúde, aqui traduzida pela distribuição gratuita de medicamentos em favor de pessoas carentes, é dever do Estado, compreendidos aí todos os entes federativos: "o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no pólo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros" (REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005).*

*6. Quanto a internação em hospital da rede privada, a fundamentação utilizada pelo Tribunal a quo para formar seu convencimento é apta, por si só, para manter o decisum combatido e não houve contraposição recursal sobre o ponto,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*aplicando-se na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283 do STF, ante a deficiência na motivação e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.*

*7. Além disso, o STJ possui jurisprudência firme e consolidada no sentido de que, "uma vez reconhecido, pelas instâncias ordinárias, o direito a tratamento médico-hospitalar na rede pública de saúde, o resultado prático da decisão deve ser assegurado, nos termos do artigo 461, § 5º, do CPC, com a possibilidade de internação na rede particular de saúde, subsidiariamente, na hipótese de lhe ser negada a assistência por falta de vagas na rede hospitalar do SUS". (REsp 1.409.527/RJ, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 18/10/2013).*

*8. É evidente que, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, verificando a urgência e necessidade do fornecimento de medicamento e tratamento médico pleiteados nos autos, seria necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.*

*9. Recurso Especial não provido.*

*(REsp 1645847/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/04/2017)*

**ANTE O EXPOSTO**, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator